

**ATA DA 97ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ INTERSETORIAL DA POLÍTICA MUNICIPAL PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA, REALIZADA NO DIA 06 DE JULHO DE 2022, NA PLATAFORMA DE REUNIÕES ONLINE GOOGLE MEET.**

**MEMBROS TITULARES:** Maria Luiza Burgareli (SMDHC), Roseli Kraemer (RPR), Alderon Costa (Rede Rua), Darcy (MNPR), Isabel Figueiredo (SMADS), Maria Luiza Franco (SMS), Guilherme Dittrichi (SEHAB);

**MEMBROS SUPLENTEs:** Jefferson Silva (RPR), Franco (RPR), Robson Mendonça (MEPSR), Verônica Martines (CDHLG), Cleiton Ferreira (É de Lei), Edvaldo (MNLPSR), Luiza Trotta (SMDHC), Alexandre Cláudio (RPR); Maria Lisabete Santiago (SMADS); Edilene Magalhães da Silva (SMDET);

**PARTICIPANTES:** Kelseny Pinheiro (Gabinete Vereadora Érika Hilton), Júlia Lima (Gabinete Vereador Eduardo Suplicy), Renato Sena, Joliane Dias Coelho, Paulo Cesário (CDH Osasco e Núcleo PopRua da Seccional SP), Walter Neto (DPE), Chapelaria Social, Jéssica Nascimento, Karla Mendes, Ana Ciriaco, Edvaldo Gonçalves, Adilson Machado, João Paulo, Walter Neto, Flávia Andrade, Regina Manoel, Wilherson Luiz (DPE), Sebastião Oliveira, Alcyr Neto (ODH), José França, Lucas Almeida, Fernando

A Sra. **Maria Luiza** começou com a aprovação das atas da 95ª e 96ª ordinárias e pergunta se alguém possui algum apontamento. O Sr. **Alderon Costa** sugeriu que se olhe os encaminhamentos da ata 96ª e que sempre se olhe os encaminhamentos da reunião anterior. Maria Luiza respondeu que está sendo criado um instrumento de monitoramento dos encaminhamentos para maior controle. A Sra. **Verônica** afirmou que foi enviado um e-mail com sugestões de complemento da ata 95ª. Maria Luiza pediu que seja enviado com antecedência pedidos de alteração de ata, e perguntou se pode ser aprovada a ata da 96ª Reunião Ordinária. A Sra. **Julia Lima** pediu que o site seja atualizado com as atas de 2022, acrescentando o nome das pessoas nomeadas. Assim, foi aprovada a ata da 96ª Reunião Ordinária e serão averiguados os pedidos da Clínica Luiz Gama referentes a ata da 95ª Reunião Ordinária.

A Sra. **Maria Luiza** apresentou os informes:

1. A SMDHC fez formação com a ACADEPOL (Academia da Polícia Civil) que irá incluir em seu currículo de formação de policiais civis a temática de população em situação de rua. A assessora informou que não será a SMDHC que dará essa formação, mas sim o próprio departamento de Direitos Humanos da polícia. Explicou também que estão repassando o material da Secretaria, e que será recomendado que se chame pessoas representantes da poprua;
2. Foi enviado um ofício sobre "pontos de água potável para população em situação de rua" na revisão do PDE. Houve retorno falando que banheiros públicos são

abordados no PDE e que será enviada a sugestão PLANURB para revisão do PDE sobre o tema de pontos de água potável na cidade. O texto será disponibilizado na íntegra no drive do Comitê;

3. O Relatório do Comitê PopRua foi disponibilizado no Drive dos conselheiros com as sugestões dadas;
4. Está em diálogo com o Departamento de Educação e Direitos Humanos da SMDHC para se pensar o conteúdo da formação de conselheiros e conselheiras do Comitê. A ideia é que se tenha 3 aulas: 1ª sobre o Comitê PopRua (histórico, como surgiu, o que fez até hoje, como atua), a 2ª sobre democracia, cidadania, participação social e estrutura do Estado, e a 3ª sobre legislações específicas para a população em situação de rua. Foi proposto que se inicie a formação ainda em julho pensando em uma aula por semana ou uma aula a cada 15 dias. O curso é aberto para quem quiser participar e as datas serão enviadas pelo mailing;
5. Na última semana, aconteceu uma reunião do GT Cracolândia na Câmara Municipal na qual a Sra. Roseli representou o Comitê PopRua. A sra. **Roseli Kraemer** falou da necessidade de políticas públicas para usuários e moradores da região da cracolândia. A sra. **Maria Luiza** pediu para que a sras. Roseli Kraemer e Julia Lima mandem as convocatórias das reuniões do GT Cracolândia para serem compartilhadas no mailing. O Sr. **Cleiton** falou da importância de se pensar políticas públicas para quem está na cena de uso com “serviços para as pessoas e não pessoas para os serviços”, além de uma política de drogas. Também destacou a importância do diálogo com a Secretaria de Habitação e Secretaria de Segurança Pública. O mesmo convidou as pessoas a participarem da próxima reunião do GT dia 14/07 às 10h;
6. Foi informado sobre novas vagas no Bolsa Trabalho, programa do governo Estadual que visa capacitar pessoas em situação de rua com uma bolsa de trabalho durante um período reduzido do dia;
7. A Coordenadora sra. Luiza Trotta informou sobre uma visita a Salvador para entender políticas públicas voltadas para população em situação de rua;
8. Foi solicitado pela coordenação a leva de bilhetes únicos para os conselheiros nomeados do Comitê PopRua da sociedade civil. O objetivo é auxiliar a ida às reuniões presenciais. A questão está em tramitação na SPTrans e espera-se que até a próxima reunião tenha um retorno;
9. Em breve sairá a nova portaria de nomeação dos conselheiros do Subcomitê de Zeladoria Urbana, composto por pessoas nomeadas como conselheiras do Comitê PopRua. A assessora Maria Luiza explicou que os representantes de governo já foram decididos e Roseli Kraemer, Alderon Costa, Cleiton Ferreira, Edvaldo

Gonçalves e Alexandre Claudio demonstraram interesse em participar também. A publicação foi encaminhada;

10. Apresentou-se a necessidade de nomeação de uma comissão avaliadora do Prêmio 19 de Agosto que deve ser composta por três pessoas de governo e 3 pessoas da sociedade civil. Destacou a impossibilidade da nomeação de alguém que está concorrendo ao prêmio, seja como pessoa física ou jurídica. Os srs. Renato e Edvaldo e a sra. Roseli serão nomeados;
11. Sobre a rede socioassistencial, a sra. **Isabel Figueiredo** informou sobre a abertura de 3 serviços novos: CAE família em Perus com 50 vagas, CEU em Guaianases com 66 vagas, CAE mulheres em Santana com 50 vagas. Informou também sobre o aditamento de 100 vagas nos serviços de acolhimento emergencial da Operação Baixas Temperaturas, junto do aditamento de 30 orientadores e 3 técnicos no SEAS 4 (que atua na cena de uso da Luz e Bom Retiro), aditamento de 3 orientadores socioeducativos em todos SEAS da cidade para que as equipes de abordagens fiquem nas tendas de OBT sem comprometer o trabalho de busca ativa da equipe mais ampla.
12. A assessora da SMADS também informou sobre o início do diálogo para a criação de um Comitê intersecretarial, com a Defensoria, a fim de trabalhar caminhos para a mediação de conflitos dentro dos serviços de SMADS. Além disso, foi convocada uma reunião com GSUAS, o proprietário do hotel e a OSC do Central Plaza para discussão dos casos recentes. Por fim, comunicou que Zaki Narchi já tem os 3 imóveis para adequação e está em análise a parte orçamentária;

O sr. **Renato Sena** questionou o porquê do equipamento móvel “CPD” não dar suporte para a região da cracolândia. O mesmo opinou que não será possível espelhar o modelo de Moradia Primeiro de Salvador em São Paulo por conta das realidades muito distintas. Ele também pontuou que a última reunião sobre habitação “não se chegou a nada” e reclamou sobre não ter uma próxima reunião do mesmo tema.

O sr. **Fernando** questionou sobre os planos para empregabilidade e estabilidade em relação ao Bolsa-Trabalho, relatando que as pessoas não possuem perspectiva de emprego após o encerramento da bolsa. O mesmo indagou sobre a execução do Decreto Municipal 59.252/2020.

O Sr. **Robson Mendonça** falou a respeito da cracolândia e a truculência das ações da GCM, disse ser necessário fazer algo a respeito, como o envio de um ofício e uma reunião com a secretária de SMDHC e o secretário da SMADS.

O sr. **Alderon Costa** solicitou mais informações sobre as vagas no POT e pediu como encaminhamento melhor divulgação das mesmas, pois muitas pessoas em situação

de rua desconhecem a existência ou como se inscrever. Sugeriu também uma reunião extraordinária de Zeladoria Urbana no começo do mês. Em relação ao Decreto Municipal 59.252/2020, sugeriu o envio de um ofício para a SGM a fim de se pensar na regulamentação do decreto. Falou que concorda com a fala do Sr. Robson Mendonça e que teve uma reunião na semana passada da Comissão Extraordinária Contra as Drogas(sic) em que sugeriu a transformação do batalhão do estilo “ROTA” para um de mediação. Citou ainda sobre uma determinação da justiça que destaca a necessidade da GCM agir dentro da lei.

A Sra. **Maria Luiza** esclareceu que foi falado sobre o Bolsa Trabalho e não sobre o POT, disse que irá averiguar mais informações para passar, e que caso não tenham sido preenchidas todas as vagas, propõe em organizar um mutirão. O sr. **Renato Sena** denunciou que a SMADS, supostamente estaria indicando somente quem está acolhido no Bolsa Trabalho. A sra. Maria Luiza afirmou que não sabe se a informação procede, que iria verificar.

A Sra. **Júlia Lima** falou da necessidade de regulamentação das cotas para população em situação de rua. Adicionou sobre a Lei PopRua, relatando que houve devolutiva do governo de que seria regulamentado no âmbito do Programa Reencontro, porém ainda não houve sinalização da regulamentação. Afirmou que o texto substitutivo do PL 253/2021 sobre a política de criança e adolescente em situação de rua precisa ser debatido.

Júlia Também trouxe o caso de uma família que não consegue vaga de acolhimento mesmo com as novas vagas abertas, e que seria interessante fazer um GT da assistência social para debater a questão das vagas e da central única de vagas. Ademais, questionou a SMADS sobre a criação do GT sobre a qualidade dos serviços e falou que não houve retorno do Carlos Bezerra e do ofício com o relatório da Comissão de Direitos Humanos da Câmara sobre as visitas aos equipamentos de SMADS, portanto, não está acontecendo um diálogo. Júlia relatou que foram feitas duas visitas, a primeira na região da Granja Julieta, em um Centro para Idosos que funciona em um galpão no qual os idosos passam frio e que há somente uma assistente social, e esta estava de férias, desta forma, os idosos ficaram um mês sem assistente social - questionou a SMADS sobre o caso. A segunda visita foi ao CTA Parque Novo Mundo, que também funciona em um galpão com beliches muito próximas e com reclamações sobre a limpeza.

A mesma assessora continuou com um último informe sobre o Fórum da Cidade, que se reuniu com o secretário de habitação (João Farias) ontem para apresentar o serviço de moradia social. João Farias disse que o espaço do prédio que desabou no Paissandu já está com licitação em andamento para a construção de um prédio que será destinado para a PopRua com mais ou menos 100 unidades habitacionais. O secretário também afirmou

que parte das Unidades do “Pode Entrar” serão destinadas para a PopRua. Por fim, colocou como encaminhamento envio de ofício sobre os 10 prédios no próprio processo sobre, e pediu para que a SMADS articule um diálogo entre o Fórum e o secretário Carlos Bezerra. A sra. **Maria Luiza** sugeriu como pauta para próximas reuniões, uma apresentação sobre os edifícios pelo Fórum.

A sra. **Roseli Kraemer** pediu uma reunião com as secretarias de assistência social, trabalho, moradia, saúde, direitos humanos e comitê para ajustar fluxos. Falou que a pandemia de COVID-19 ainda está matando muita gente e fazendo com que aumente o número de pessoas em situação de rua.

A Sra. **Edilene Magalhães** falou sobre a questão da portaria e que, pela parte da SMDET, todos encaminhamentos foram feitos e agora falta a Secretaria de Governo passar para as outras secretarias se posicionarem.

Em resposta, a sra. **Isabel Figueiredo** afirmou que a Coordenação do Observatório está fazendo um ciclo de reuniões com os territórios para avaliar a central de vagas. Falou sobre a possibilidade de uma reunião com SMADS para falar sobre a questão da central de vagas e as vagas em si. Em relação ao CAE idosos na Granja Julieta, afirmou que irá procurar informações sobre o local em que fica, sobre a administração e a questão da assistente social. Sobre o GT de aperfeiçoamento, monitoramento e fiscalização das parcerias, estão sendo feitas reuniões com as coordenações de SMADS, gestão SUAS e assessoria técnica às quintas e se estruturou duas entregas, sendo que a primeira está levando mais tempo do que o esperado para ficar pronta. Estão usando a instrução normativa nº 03 que vai determinar tudo que diz respeito às relações da SMADS com as OSCs dentro das parcerias firmadas para execução dos serviços. Essa instrução normativa está sendo completamente revisada por um grupo de trabalho. Esse grupo de trabalho está absorvendo uma parte do GT relacionada com as dimensões, indicadores, parâmetros de avaliação de gestão pelo gestor da parceria. O instrumental que o gestor de parceria possui é muito genérico e frágil, tendo por exemplo, o mesmo indicador para avaliar serviços totalmente diferentes. Estão sendo construídos indicadores para analisar qualitativamente os serviços. A outra entrega que se pensou para o GT é desenvolver uma forma de avaliar a satisfação do usuário, acredita-se que nessa parte será muito importante trocas com o Comitê PopRua e a Comissão da Câmara para avaliar e validar o instrumental.

A Sra. **Maria Luiza** começou com o retorno dos encaminhamentos da reunião anterior: Haverá reunião do Subcomitê de Segurança Alimentar e Nutricional, a proposta é que aconteça no dia 20/07; Foi enviado no mailing as informações sobre edital das PPPs, a apresentação e o informe da SMADS na reunião de junho; Foi colocado em drive a tabela da capacidade de atendimento da SMADS em OBT, no entanto, Isabel ficou de enviar a planilha atualizada; Também foi adicionado ao Drive a tabela de formação da

CPPSR/SMDHC; Foi enviada a recomendação do Comitê PopRua de reativar as tendas de OBT e para ficarem 24h. As tendas foram desmontadas devido ao aumento das temperaturas e serão montadas novamente quando a temperatura cair e será enviada uma data para a formação dos novos conselheiros e conselheiras.

A sra. **Roseli Kraemer** falou da importância de encaminhar as pessoas que estão em vagas emergenciais para permanentes na OBT, também citou que há denúncias de equipamentos. A Sra. **Maria Luiza** pediu para formalizar essas denúncias.

Assim, seguiu-se com a pauta da reunião sobre a Lei nº 17.819/2022, segurança alimentar e nutricional, Auxílio Reencontro, Vila Reencontro e fundo de abastecimento alimentar. A sra. **Roseli Kraemer** questionou se os produtos vendidos no Armazém Solidário serão produtos perto do prazo de vencimento, e foi respondido que não.

Maria Luiza apresentou brevemente o texto da lei e resumo do conteúdo sobre segurança alimentar e nutricional e auxílio reencontro. Sobre o auxílio reencontro afirmou que o texto deixa em aberto questões importantes e que o Comitê pode fazer sugestões. Fala que a proposta da coordenação é pensar sugestões de regulamentação no espaço do Comitê.

A sra. **Verônica** leu uma carta escrita pelo Fórum da Cidade que repudia a forma como ocorreu a tramitação, com a falta de participação dos conselhos competentes na construção. Além disso, o Fórum acredita que há descumprimento das disposições da lei nº 17.252/19 e que o Auxílio Reencontro torna as pessoas em situação de rua vulneráveis a situações de abuso, cárcere privado e situações análogas à escravidão pela problemática da fiscalização. Também afirma que o Estado terceiriza a responsabilidade de oferecer moradia e acolhimento, ignora a autonomia das pessoas em situação de rua e os dados do censo. Após ler a carta, Verônica falou que acredita que não é o caso de se discutir pensando que a lei será mantida, mas de pensar formas de questionar essa lei. Sugeriu acionar o Ministério Público pelos problemas na lei e em sua tramitação através de uma carta assinada pelo Comitê PopRua. A sra. **Maria Luiza** perguntou se alguém se opõe em fazer a carta, e com a falta de resposta, é aprovado que se envie a carta.

A sra. **Roseli Kraemer** afirmou que estiveram na Câmara e que não foram ouvidos e que estão fazendo o que querem. São pautas muito caras ao movimento da população em situação de rua que não foram discutidas. Acredita ser importante haver fiscalização do armazém de alimentos para garantir a qualidade do que será vendido. Já o sr. **Sebastião** afirmou que foram atropeladas propostas históricas sobre habitação de locação social, auxílio aluguel e transformou tudo em uma imitação fraca do Auxílio Brasil colocando a poprua como um animal de estimação que se adota e se dá dinheiro para a ração, podendo, inclusive, estimular o cárcere privado. Questionou o porquê do dinheiro não ir para um

fundo de habitação específico para a população na Secretaria de Habitação. Sugeriu também que o dinheiro seja investido para tirar crianças e adolescentes das ruas.

O sr. **Cleiton Ferreira** falou que muitas pessoas vão para a rua por questões de violência dentro de casa e questiona como as pessoas serão acolhidas podendo gerar mais traumas. Afirmou que é uma nova internação compulsória e que vai contra tudo que é proposto no Comitê PopRua e na saúde mental. Sobre a Vila Reencontro, acredita que é um formato feito para dar errado, porque coloca no mesmo lugar muitas pessoas em diferentes situações de vulnerabilidade e isso sairá do controle. Acredita que é proposital o modelo ser feito para não dar certo, pois é uma forma de culpabilizar a população em situação de rua porque a área da Vila Reencontro é de interesse da especulação imobiliária. Defende que deve-se investir nas Secretarias de Habitação, Cultura, Educação, Trabalho, Saúde e Segurança, porque se tem dinheiro para dar o auxílio para as famílias, melhor pensar e fazer serviços para as pessoas pensando suas necessidades e vulnerabilidades.

O sr. **Darcy** afirmou que algumas das políticas presentes na lei foram importantes durante a pandemia como o caso da Cidade Solidária e a distribuição de cestas básicas. Acredita que é o caso de discutir a lei e apresentar propostas como a do aluguel social, moradia social, tentando fazer o melhor possível considerando o que está posto.

O sr. **Sebastião** adicionou que deve ser pensada a questão do leite para a alimentação das crianças, indo além das marmitas da Rede Cozinha Cidadã.

A sra. **Maria Luiza** falou que precisa se pensar em encaminhamentos e que aparecem até o momento o envio da carta ao Ministério Público e a participação na elaboração da regulamentação da lei.

O sr. **Renato Sena** acredita que a postura do Comitê deve ser mais combativa e menos de apoio ao que chama de políticas assistencialistas. Também destaca que é preciso ouvir a população em situação de rua que é heterogênea e deve alcançar a autonomia e não ser tutelada.

O sr. **Alderon Costa** falou que o trâmite da lei foi problemático ao não seguir o estabelecido, sendo um ataque à democracia. Reforçou que a lei aprovada não passou pelo Comitê População em situação de rua, que é competente e deveria ter sido consultado. Afirmou que aprova o envio da carta ao Ministério Público. Cobrou o retorno dos encaminhamentos da reunião anterior sobre as tendas 24h da OBT e verificação sobre os motivos do indeferimento dos atendimentos de OBT. Reforçou que devem ser publicadas as atas e os novos membros no site do Comitê, o reenvio do ofício para SEHAB sobre os 10 prédios, o envio dos dados atualizados da Saúde sobre COVID no mailing. Fez uma proposta de antecipar a reunião de segurança alimentar para quarta-feira, dia 13/07 considerando a importância do tema com a nova lei. Sugeriu chamar o COMUSAN para uma reunião. Além disso, propôs o auxílio financeiro ficar com a pessoa em situação de rua

e não com a família que a acolhe, que o serviço de moradia social seja considerado na Vila Reencontro e cobra a regulamentação da Lei PopRua municipal sendo que já foi feita proposta de decreto. Em resposta a alguns apontamentos feitos por Alderon, a sra. **Maria Luiza** retomou a fala do retorno dos encaminhamentos informando que foi sugerido que as tendas quando forem montadas novamente funcionem 24h, que não houve retorno da SMIT sobre o indeferimento dos atendimentos de OBT e que a SMS não está enviando mais as informações, mas será revisto o fluxo.

O sr. **Edvaldo** questionou de onde sairá o recurso para financiar o que está previsto na lei. Falou que o auxílio Reencontro é “uma vergonha” pois se luta há muitos anos por autonomia e a pessoa será tutelada com dinheiro público. Propôs a articulação com o COMAS para uma nota de repúdio, sugeriu que seria melhor um aluguel social em que o dinheiro vai direto para quem aluga e disse ser favorável ao envio da carta ao Ministério Público.

A sra. **Kelsen Pinheiro** disse que a equipe da Erika Hilton teve 4 horas para pensar em emendas que pudessem melhorar a lei, porém todas foram negadas pela bancada do governo. Reforçou que o PL não foi discutido em nível de áreas técnicas da prefeitura, mas sim de secretariado e falou que seria importante revelar quais secretários estão envolvidos na discussão do PL. Sugeriu como encaminhamento que seja enviado um ofício para o secretariado responsável pelo PL perguntando quais os estudos (do método e do orçamento) basearam o Auxílio Reencontro e o que será feito com o fundo de combate à fome que já está regulamentado (considerando que a lei cria um fundo com o mesmo objetivo e mesmas fontes de renda). Defendeu que os dois fundos devem ser unificados. Sugeriu: a inclusão na regulamentação do decreto um dispositivo que proíba que lugares de caráter asilar e comunidades terapêuticas recebam o auxílio reencontro; a criação de um conselho gestor para Vila Reencontro com Comitê PopRua, COMAS e moradores da Vila; um questionamento sobre quais equipes vão fazer os relatórios sociais de acompanhamento e quais vão fazer avaliação das famílias que vão receber o Auxílio Reencontro; o estabelecimento de prazo na Vila Reencontro de no mínimo 5 anos, como nas moradias sociais da França (e não retrocesso da situação em que a pessoa se encontra); o acesso das pessoas da Vila Reencontro aos programas habitacionais; e estabelecer como critério que a pessoa só possa deixar de receber o Auxílio Reencontro quando conseguir trabalho formal e com renda que não seja comprometida com aluguel.



**Encaminhamentos:**

- 1) Contabilizar presença dos conselheiros do Comitê - Convocar representantes que estão faltando nas reuniões do comitê para conversar;
- 2) Coordenação compartilhada Comitê PopRua - pauta;
- 3) Recomendar ao NDH da ACADEPOL um representante da sociedade civil do Comitê População em situação de rua;
- 4) Disponibilizar no drive resposta da SMUL sobre revisão do PDE;
- 5) Para o mailing: enviar convocatória do GT da cracolândia, enviar edital de “Moradia Primeiro”, enviar informações sobre Bolsa Trabalho e verificar possibilidade de reabertura, retomar atualização dos dados de saúde;
- 6) Alterar membros do Comitê PopRua e incluir atas no site da Coordenação População em situação de rua;
- 7) Trazer informes sobre Decreto 59.252 e ofício;
- 8) Trazer para as próximas reuniões uma apresentação do Fórum da Cidade com a proposta de moradia social;
- 9) Reenvio de ofício para SEHAB sobre os 10 prédios;
- 10) Convidar COMUSAN para reunião do Sub de Segurança Alimentar e Nutricional;
- 11) Envio de carta do Comitê ao Ministério Público sobre Lei aprovada;
- 12) Envio de ofício para secretarias responsáveis questionando quais estudos basearam proposta de auxílio reencontro;
- 13) Adiantamento da reunião do Subcomitê de Segurança Alimentar e Nutricional para dia 13/07;
- 14) Convocação da reunião extraordinário no dia 20 de julho para discussão sobre regulamentação da lei aprovada.